



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

SUBSTITUTIVO Nº 1, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

AO PROJETO DE LEI N. 14.853/2018

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Altera a Lei n. 6.936/2005, que institui o Programa de Desenvolvimento Econômico de Maringá – PRODEM/EMPRESA, e dá outras providências.

Art. 1.º Ficam alterados os seguintes dispositivos da Lei n. 6.936/2005, que passam a vigorar com a redação abaixo:

"Art. 10. A alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio público, com fundamento no programa instituído por esta Lei, dependerá sempre de prévia licitação e avaliação do bem, realizada por profissional da área de avaliação do quadro de servidores do Poder Executivo, que emitirá laudo estipulando o preço, além de procedimento analisado por Comissão especialmente constituída pelo Prefeito Municipal, composta por 08 (oito) membros, da seguinte forma: (NR)

...

Art. 11. ...

§ 2.º O não cumprimento dos prazos estipulados neste artigo ensejará o cancelamento dos benefícios concedidos pelo Programa à empresa, autorizando o Chefe do Poder Executivo Municipal a rescindir unilateralmente o contrato de promessa de compra e venda e a promover, através de atos administrativos ou judiciais, a imediata reversão do imóvel ao patrimônio público municipal, cabendo à promitente compradora inadimplente a restituição pelos valores eventualmente adimplidos, contabilmente comprovados, corrigidos monetariamente, após a retenção da cláusula penal. (NR)

§ 3.º Fica estipulado o prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data do contrato de promessa de compra e venda, para que a promitente compradora ingresse com um cronograma de investimento e memorial de instalação, para análise e emissão de parecer pelo órgão competente do Poder Executivo. (NR)

...

Art. 12. Caracterizada a inadimplência e o descumprimento contratual, o Município de Maringá poderá cobrar da empresa ou reter, se houver restituição, a título de cláusula penal, uma multa em percentual equivalente à metade do percentual concedido a título de subsídio previsto no artigo 5.º, do valor de avaliação do imóvel constante do contrato de compra e venda." (NR)

teor:

Art. 2.º Ficam acrescidos os seguintes dispositivos à Lei n. 6.936/2005, com o seguinte

"Art. 11. ...

§ 4.º Em caso de loteamento industrial em fase de implementação, os prazos de que trata este artigo serão contados após a aprovação e a liberação do loteamento para início de construções, por ato oficial do Poder Público. (AC)

...

Art. 13. ...

§ 1.º (renumerado pela presente Lei).

§ 2.º Somente será admitida a aplicação da previsão do parágrafo anterior nas hipóteses em que o financiamento seja destinado à construção estrutural do empreendimento." (AC)

Art. 3.º Fica revogado o parágrafo único do art. 12 da Lei n. 6.936/2005.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 11 de fevereiro de 2019.

JEAN MARQUES
Vereador-Autor

SIDNEI TELLES
Vereador-Autor



Documento assinado eletronicamente por **Jean Carlos Marques Silva, Vereador**, em 11/02/2019, às 16:49, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Sidnei Oliveira Telles Filho, Vereador**, em 11/02/2019, às 16:59, conforme Lei Municipal 9.730/2014.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o



código verificador **0120551** e o código CRC **3396C4B5**.